



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Xenusa Pereira Nunes¹; Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira²

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco, xenusa.nunes@gmail.com

²Universidade Federal do Vale do São Francisco, lucia.oliveira@univasf.edu.br

- Introdução:

A violência praticada contra as mulheres é conhecida como violência de gênero porque se relaciona à condição de subordinação da mulher na sociedade (MARIANO, 2006), tornando-se uma grande preocupação para a saúde da população brasileira e para o setor saúde, pois provoca lesões e traumas físicos e emocionais, deixando um lastro de problemas, afetando indivíduos, famílias, grupos e a sociedade como um todo (OLIVEIRA, 2006).

O presente trabalho justifica-se pela necessidade de se abordar a violência contra a mulher como um problema de saúde, onde é necessária uma visão interdisciplinar para a solução/diminuição do mesmo.

O artigo objetivou investigar, na literatura científica, informações que comprovassem a relação evidente e existente entre violência de gênero contra as mulheres e problema de saúde pública.

- Metodologia;

Foram selecionados, por meio de busca eletrônica, artigos das bases de dados LILACS, MEDLINE e SCIELO, publicados no período de 2000 a 2017, utilizando os seguintes descritores: violência, violência contra mulher, violência de gêneros, saúde e saúde pública. Os critérios de exclusão para a seleção dos artigos foram: a) artigos fora do período de 2000-2017 e b) relatos de caso.

- Resultados e Discussão:

Foram encontradas 39 publicações, das quais 23 foram excluídas por não atenderem aos critérios de inclusão.

Nas últimas décadas, a violência contra a mulher tem sido reconhecida como um problema de Saúde Pública (BANDEIRA, 2014) por organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas)



(SCHRAIBER, 2001; KISS e SCHRAIBER, 2011).

O Brasil tomou mais consciência do problema durante os anos 80, quando a violência doméstica foi amplamente debatida pelo movimento feminista, resultando em grande sensibilização social (BRUSCHI, PAULA e BORDIN, 2006).

A violência de gênero contra as mulheres pode ser conceituada como qualquer ato que resulta ou possa resultar em danos ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade em público ou na vida privada, assim como castigos, maus tratos, pornografia, agressão sexual e incesto (SÁ, 2009).

Além de alta magnitude, esses episódios de violência mostram caráter muitas vezes grave e reiterado, expressando a desigualdade nas relações de gêneros (SCHRAIBER, 2007).

Alice Bianchini (2014, p.78) elenca alguns dados que devem ser ressaltados:

[...] as mulheres são assassinadas primordialmente no ambiente familiar, isto é, em suas casas (no domicílio), ao passo que os homens, em regra, são mortos na rua, ou seja, em razão da violência perpetrada por pessoas estranhas ao lar, sem vínculo afetivo (Mapa da Violência, 2012); ao todo, 68% das mulheres que procuraram o Sistema Único de Saúde em 2011 para tratar ferimentos disseram que o agressor estava dentro de casa. Em 60% dos casos, quem espanca ou mata é o namorado, o marido ou ex-marido.

Outros estudos também apontam que as agressões sofridas pelas mulheres é maior por parte de parceiros íntimos do que por estranhos (SCHRAIBER, *et al.*, 2002; Deslandes, 2000; GARCIA, *et al.*, 2008).

Pode ser cometida dentro e fora do lar por qualquer um que esteja em relação de poder com a pessoa agredida, incluindo aqueles que exercem a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue (SALIBA, *et al.*, 2007).

A violência contra as mulheres, é classificada como problema de saúde pública, sendo também reconhecida como questão social e considerada como violação de direitos, embora com expressões variadas em diferentes contextos (SCHRAIBER, 2006).

Sendo assim, o Brasil adotou a estratégia de notificação universal dos casos de violência interpessoal, tornando-a objeto de políticas públicas com o propósito de garantir e



promover os direitos sociais e de proteção às vítimas desse agravo (SILVA, *et al*, 2013).

- Conclusões:

Diante do exposto foi possível comprovar a relação entre violência contra as mulheres e problema de saúde pública, que afeta várias famílias em todo mundo, sendo que os principais agressores são parceiros íntimos ou pessoas do próprio convívio da vítima.

- Referências Bibliográficas:

BANDEIRA, L.M. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação.** Revista Sociedade e Estado, v.29, n.2, maio-agosto, 2014.

BIANCHINI, A. Lei Maria da Penha. São Paulo – Editora Saraiva, 2014.

BRUSCHI, A.; PAULA, C.S.; BORDIN, I.A.S. **Prevalência e procura de ajuda na violência conjugal física ao longo da vida.** Revista Saúde Pública, v.40, n.2, 2006.

DESLANDES, S.F.; GOMES, R.; SILVA, C.M.F.P. **Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro.** Caderno de Saúde Pública. v.16, n.1, 2000.

GARCIA. M.V. **Caracterização dos casos de violência contra a mulher atendidos em três serviços na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.** Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro. v.24, n.11, novembro, 2008.

KISS, L.B.; SCHRAIBER, L. **Temas médico-sociais e a intervenção em saúde: a violência contra mulheres no discurso dos profissionais.** Ciência & Saúde Coletiva, v.16, n.3, 2011.

MARINHEIRO, A.L.V.; VIEIRA, E.M.; SOUZA, L. de. **Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde.** Revista Saúde Pública. São Paulo, v.40, n.4, 2006.

SÁ, S.D.; WERLANG, B.S.G. Características Sociodemográficas e Psicológicas das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação –



PUCRS, 2009.

SALIBA, O. Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica. Revista Saúde Pública, v.41, n.3, 2007.

SCHRAIBER, L.B. Violência contra mulheres e políticas de saúde no Brasil: o que podem fazer os serviços de saúde? Revista da USP, v.51, 2001.

SCHRAIBER, L.B. et al. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. Revista Saude Publica, v.36, n.4, 2002.

SCHRAIBER, L.B; OLIVEIRA, A.F.; COUTO, M.T. Violência e saúde: estudos científicos recentes. Revista Saúde Pública, São Paulo. v. 40 spe., 2006

SCHRAIBER, L.B. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. Revista Saúde Pública, São Paulo, v. 41, n.5, 2007.

SILVA, M.C.M. Caracterização dos casos de violência física, psicológica, sexual e negligências notificados em Recife, Pernambuco, 2012. Epidemiologia e Serviço de Saúde. Brasília, v.22, n.3, julho-setembro, 2013.

OLIVEIRA, E.N.; JORGE, M.S.B. Violência contra a mulher: sofrimento psíquico e adoecimento mental. Revista RENE. Fortaleza, v. 8, n. 2, maio-agosto, 2007.